EDITAL Nº 05 DE 21 DE MAIO 2014.

CONVITE Nº 04/14

PROCESSO Nº 131/14

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO

1.1.1 A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA, por determinação do Presidente do Poder Legislativo, Senhor LUIZ CARLOS GINACHI, torna público para conhecimento de interessados, que se encontra instaurada LICITAÇÃO na modalidade CONVITE Nº 04/14, tipo MENOR PREÇO, visando a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de cessão de uso de uma ferramenta de "Portal de Transparência" e "Portal de Acesso à Informação Pública" (ATIVA e PASSIVA), bem como a implantação em modelo "hosting" de responsabilidade da CONTRATADA, extração de dados dos sistemas legados da Câmara, capacitação, suporte técnico e manutenção para publicação em Sítio Eletrônico Oficial da Edilidade, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais normas legais e regulamentos pertinente, bem como pelas condições específicas deste Edital.

1.1.2 A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.1.3 A Sessão de Abertura do procedimento licitatório iniciar-se-á com a entrega dos envelopes "DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA", devidamente fechados, lacrados em seu fecho, conforme segue:

- Do envelope contendo a DOCUMENTAÇÃO, deverá constar, na parte externa os seguintes dizeres:
- CONVITE Nº 04/14
- Envelope "DOCUMENTAÇÃO"
- Razão Social da proponente
- Endereço da Proponente

- Do envelope contendo a PROPOSTA, deverá constar, na parte externa os seguintes dizeres:
- CONVITE Nº 04/14
- Envelope "PROPOSTA"
- Razão Social da proponente
- Endereço da Proponente

1.1.4 Na hipótese de haver troca de conteúdos nos envelopes mencionados no item anterior será automaticamente desclassificada a empresa que assim procedeu, sendo que todos os seus documentos serão devolvidos.

1.1.5 Juntamente com os envelopes que contenham a "DOCUMENTAÇÃO" e a "PROPOSTA", a licitante deverá apresentar, em envelope próprio, carta de credenciamento ou preposição, confeccionada em papel timbrado, assinada por seu representante legal, designando e credenciando pessoa para representá-la, com plenos poderes para os assuntos relacionados com a presente licitação, conforme ANEXO III deste Edital. Caso a empresa esteja representada por um de seus sócios, deverá ser anexada cópia autenticada do Contrato Social. A falta do documento não inabilitará a licitante, mas impedirá o exercício, pelo representante presente aos trabalhos, dos direitos decorrentes da preposição.

1.1.6 Os envelopes "DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA" deverão ser entregues impreterivelmente até **às 10:00 horas do dia 30 de maio de 2014** à Comissão Permanente de Licitações, no Departamento de Contabilidade e Finanças desta Edilidade, localizado à Rua Vereador José Barbosa de Araújo nº 267, 1º andar, Vila Virgínia, Itaquaquecetuba, SP, horário este que será iniciada a reunião para abertura dos referidos envelopes.

1.1.7 Sempre será admitido que o conteúdo do presente Edital de Licitação, na modalidade CONVITE, foi cuidadosamente examinado e compreendido pelas LICITANTES, sendo assim, não isentarão do fiel cumprimento do disposto nesta documentação, devido à omissão ou negligência, oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens.

1.1.8 O presente edital licitatório e seus anexos poderão ser adquiridos pelos interessados no endereço eletrônico: www.camaraitaquaquecetuba.sp.gov.br, ou mediante a entrega de 01 (um) CD-ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado, no Departamento de Contabilidade e Finanças desta Edilidade, localizado na Rua Vereador José Barbosa de Araújo nº 267, 1º andar, Vila Virgínia, Itaquaquecetuba, SP, das 09:00 às 17:00 horas.

1.1.9 Para maiores informações estão disponíveis os seguintes telefones: (11) 4647-6002 / 4646-4538 / 4646-4977 ou (11) 99285-6410.

2. DO OBJETO

2.1. O presente CONVITE tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de cessão de uso de uma ferramenta de "Portal de Transparência" e "Portal de Acesso à Informação Pública" (ATIVA e PASSIVA), bem como a implantação em modelo "hosting" de responsabilidade da CONTRATADA, extração de dados dos sistemas legados da Câmara, capacitação, suporte técnico e manutenção para publicação em Portal Institucional da Entidade, com atendimento gerais e específicos descritos no ANEXO I, o qual é parte integrante deste Edital.

3. DA CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Somente poderão participar da presente licitação empresas que não estejam em regime de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, que não estejam cumprindo pena de suspensão ou que não tenham sido declaradas inidôneas, ou ainda, aquelas que não tenham pendências com esta CÂMARA por motivo de não cumprimento de contrato anterior.

3.2. Poderão participar da presente licitação empresas CONVIDADAS ou aquelas não convidadas, cujo ramo de atividade esteja pertinente ao objeto da licitação, que manifestarem seu interesse na participação, por escrito, conforme ANEXO VIII em atenção a Comissão Permanente de Licitações - CPL, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da data de apresentação dos envelopes, devendo entregar cópia autenticada do Certificado de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba ou por quaisquer órgãos e entidades federais, estaduais ou municipais, dentro do respectivo prazo de validade, para verificação da adequação do ramo de atividade e juntada no respectivo processo, quando será fornecida cópia deste convite.

3.2.1 Os interessados em efetuar seu cadastro junto a Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba deverão apresentar, para efeito de qualificação, os documentos exigidos no Decreto Municipal nº 5626, de 20 de fevereiro de 2006, até o 3º (terceiro) dia anterior à data estabelecida no subitem 1.1.6, perante o Departamento de Compras da Prefeitura do Município de Itaquaquecetuba, sito à Avenida Vereador João Fernandes da Silva n° 53, 2º andar, Vila Virgínia, Itaquaquecetuba, SP.

3.2.1.1 Para maiores informações ao estabelecido no subitem 3.2.1, estão disponíveis os seguintes telefones: (11) 4640-1442 e 4642-1531.

3.3. Não será permitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, servidores públicos desta Administração Pública, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

3.4. Pessoas físicas e Consórcios de empresas não serão permitidos.

4. DO DIREITO DE PETIÇÃO PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1. A impugnação do presente Edital por alegação de qualquer irregularidade, deverá estar em conformidade com o disposto no artigo 41, §§ 1º e 2º, da retro citada Lei.

5. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

5.1. A licitante deverá apresentar no envelope “DOCUMENTAÇÃO” os documentos abaixo indicados, no original, cópia autentica por cartório competente, ou por servidor da administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

5.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.2.1. Registro comercial no caso de empresa individual;

5.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

5.3.2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

5.3.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

5.4. OUTROS DOCUMENTOS

5.4.1. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao estabelecido no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, conforme ANEXO IV deste Edital;

5.4.2. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, sob as penalidades cabíveis da superveniência de fato impeditivo quanto a sua participação na presente licitação, bem como, de que está ciente de que deverá declará-los quando ocorrido durante o certame, conforme ANEXO V deste Edital;

5.4.3. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, também, declaração, conforme ANEXO VI deste Edital, de que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte (conforme o caso), nos termos do disposto no artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, e que querem exercer a preferência no critério de desempate no julgamento das propostas de preços;

5.4.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar no envelope "DOCUMENTAÇÃO" os documentos referentes à regularidade fiscal, todavia, apresentada a declaração constante do subitem 5.4.3., eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123/06;

5.4.5. Os documentos exigidos neste Edital terão sua validade no máximo de 180 (cento e oitenta) dias, quando outro não constar do corpo das certidões;

5.4.6. As empresas que apresentarem o certificado de Registro Cadastral da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba como prestador de serviço no ramo de atividade para o qual está sendo realizada a licitação, com data de validade vigente e com as certidões constantes do verso devidamente atualizadas, estarão dispensadas dos seguintes subitens: 5.2.1 à 5.2.4, 5.3.1 e 5.3.2, sendo que a apresentação da cópia autenticada do referido certificado fará prova bastante dos itens acima descritos.

6. DA PROPOSTA COMERCIAL

6.1. A licitante deverá apresentar no envelope "PROPOSTA", sem qualquer outra oportunidade de apresentação ou complementação sobre quaisquer pretextos, a proposta propriamente dita, escrita de um só lado, com clareza, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

6.1.1. Estar datada, assinada e identificada em sua parte final, bem como, rubricada em todas as folhas, pelo representante legal da empresa LICITANTE;

6.1.2 Preço unitário, total e global expressos em moeda corrente nacional;

6.1.3 Condições de pagamento: Mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao dos serviços, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal Eletrônica/Fatura dos serviços prestados e devidamente atestada por servidor competente da Administração Pública;

6.1.4. Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias;

6.1.5. Prazo de execução: Pelo período de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato e expedição da ordem de execução de serviços;

6.1.6. Serão consideradas inadequadas, desta forma desclassificadas, as propostas que apresentarem erros, omissões, preços simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis (excessivos) com os praticados no mercado e com distorções significativas;

6.1.7. Nos preços constantes da proposta deverão estar inclusos todos os impostos e taxas vigentes na legislação brasileira, bem como, todos os custos diretos e indiretos inerentes;

6.1.8. A proposta comercial deverá apenas indicar as condições comerciais. Quaisquer outras condições não serão consideradas;

6.1.9. Os preços apresentados na Proposta Comercial serão fixos e irreajustáveis;

6.1.10. O preço contratado será a compensação integral por todos os custos diretos e indiretos da Contratada, para a contratação dos serviços e nele deverão constar os encargos trabalhistas e da seguridade social, impostos e seguros de qualquer natureza;

6.1.11. Não serão aceitas propostas transmitidas por fac-símile, telegrama ou outra forma de apresentação que descaracterize o sigilo de seu conteúdo;

6.1.12. As propostas apresentadas após a data e horário limite não serão recebidas.

7. CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

7.1. As despesas decorrentes da execução desta licitação correrão por conta de recursos próprios da Câmara Municipal de Itaquaquecetuba, alocados sob a dotação orçamentária 01.01.00.3.3.90.39.00.01.122.7005.2258, consignada no orçamento, suplementada se necessário.

8. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

8.1. No dia e horário estabelecidos, na presença dos membros da Comissão Permanente de Licitações, em reunião dirigida pelo Presidente ou seu substituto e representantes das licitantes, serão abertos os envelopes “DOCUMENTAÇÃO” e examinados os respectivos conteúdos.

8.2. A Comissão examinará a documentação, podendo encerrar a sessão e marcar uma nova se julgar que a análise demandará mais tempo. Continuando os trabalhos a Comissão enunciará as licitantes habilitadas.

8.3. Serão restituídos os envelopes “PROPOSTA” das licitantes inabilitadas desde que não tenham protestado pela interposição de recursos, ou após a sua denegação, quando for o caso.

8.4. Havendo desistência expressa do oferecimento de recurso relacionado à fase de habilitação que constará da ata, proceder-se-á a abertura dos envelopes “PROPOSTA” na mesma reunião.

8.5. Sendo oferecido recurso, relacionado à fase de habilitação ou reservados à licitante julgada inabilitada o direito de o interpor no prazo legal, a presidência encerrará os trabalhos, retendo os envelopes “PROPOSTA”, devidamente lacrados e rubricados pelos presentes, para posterior abertura em nova reunião, cuja data fixará posteriormente.

8.6. Somente após decidida a fase de habilitação é que serão aberto os envelopes "PROPOSTA" das licitantes habilitadas.

8.7. Todos os documentos dos envelopes "DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA" serão rubricados pelos representantes devidamente credenciados das licitantes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

8.8. Da reunião para recebimento e abertura dos envelopes, será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos representantes devidamente credenciados das licitantes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

8.9. Fica facultada à Comissão Permanente de Licitações, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo ou a pedir pareceres de outros órgãos ou pessoas da Administração, ou fora dela.

9. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO

9.1. As propostas serão julgadas e classificadas pela Comissão Permanente de Licitações, e o resultado submetido à homologação e adjudicação do Sr. Presidente do Poder Legislativo.

9.2. O critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL do objeto do presente edital.

9.3. Caso ocorra empate, será adotado o seguinte procedimento:

9.3.1. Na situação em que duas ou mais empresas apresentarem o mesmo valor, e dentre elas estiver uma enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, esta será considerada vencedora, se dentre elas existirem duas ou mais empresas assim qualificadas, a classificação será decidida por sorteio, a ser realizado nos termos do disposto no subitem 9.3.2.

9.3.2. Nas situações em que duas ou mais propostas de licitantes não enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem o mesmo valor e após obedecido o disposto no § 2º, do artigo 3º, da Lei nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei nº 12.349/10, a classificação será decidida por sorteio, em ato público.

9.3.3. Quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem de até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias, proceder-se-á da seguinte forma:

9.3.3.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, após convocada, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto será adjudicado em seu favor;

9.3.3.2. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 9.3.3., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.3.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no limite estabelecido no subitem 9.3.3. será realizado sorteio entre elas para que identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.3.3.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito negativas.

9.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou revogar a licitação.

9.6. Examinados os conteúdos das propostas comerciais, pela Comissão Permanente de Licitações, serão consideradas inadequadas, e desclassificadas, aquelas que não estiverem em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital.

9.7. Após abertos os envelopes não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão, conforme § 6º, do artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. A LICITANTE poderá interpor recurso dos atos praticados pela CÂMARA, decorrentes desta licitação, conforme preconiza o artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata.

11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. O objeto da licitação será recebido provisoriamente e definitivamente, nos termos do disposto nos artigos 73 e 76, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.2. O objeto da licitação será recebido provisoriamente, pelo responsável de fiscalização dos serviços, mediante termo circunstanciado, assinado entre a CONTRATANTE e CONTRATADA, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

11.3. O objeto será recebido definitivamente, por servidor, ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado entre a CONTRATANTE e CONTRATADA, após o decurso do prazo máximo de 90 (noventa) dias.

11.4 A administração rejeitará no todo ou em parte, serviços em desacordo com o contrato.

12. DAS SANÇÕES

12.1. Em havendo recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Termo de Contrato e receber a ordem de execução dos serviços, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da intimação, sujeita-a a penalidade de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais medidas e penalidades previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

12.2. A inexecução total ou parcial da obrigação objeto da licitação acarretará multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do ajuste.

12.3. O atraso injustificado do início da execução do objeto sujeitará a CONTRATADA à multa de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, após será considerado inexecução total do contrato.

12.4. Advertência - pelo descumprimento das obrigações assumidas e o não atendimento das determinações do representante da Contratante para regularização das falhas ou defeitos observados, podendo ser aplicada pelo Presidente da Câmara Municipal, garantida prévia defesa.

12.5. Suspensão temporária de participação em licitação pelo período de até 02 (dois) anos no caso de reincidência nas falhas e/ou inexecução do contrato que importe em prejuízo ao serviço público.

12.6. Os valores referentes ao ressarcimento de quaisquer eventuais danos causados à Câmara Municipal, em razão da inexecução ou rescisão contratual com base no artigo 78, incisos I a IV da Lei de Licitações, serão estabelecidas em função da gravidade dos prejuízos e aplicadas pelo Presidente da Câmara Municipal.

12.7. As licitantes se comprometem a executar os serviços objeto deste convite em perfeito estado, responsabilizando-se pela eventual substituição das unidades defeituosas até um dia antes da data fixada para o pagamento, sob a pena de incidência de multa de 5% sobre o valor global do contrato.

12.8. Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativos específico, sendo assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a ela inerente.

12.9. As multas poderão ser descontadas do crédito a receber, em favor da adjudicatária.

12.10. As multas são independentes e não eximem a CONTRATADA da plena execução do objeto do contrato.

13. DO COMPROMISSSO E ANUÊNCIA DA LICITANTE

13.1. Com a simples formalização da entrega dos envelopes, as licitantes comprometem-se pela veracidade e autenticidade de seus documentos e de todas as informações constantes dos envelopes, bem como, declaram que aderem aos termos do presente Edital e que reconhecem os direitos da Administração previstos na Lei Federal nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei Federal nº 8.883/94 e suas alterações, relativos a rescisões, revogação e contratos administrativos.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Os pedidos de esclarecimentos, recursos administrativos e impugnações ao presente edital deverão ser protocolizados no Departamento de Administração desta Edilidade, localizado na Rua Vereador José Barbosa de Araújo nº 267, Vila Virgínia, Itaquaquecetuba, SP, das 09:00 às 17:00 horas, até o 2º (segundo) dia útil anterior a data marcada para a sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes de documentação e proposta.

14.2. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital o interessado que não se manifestar até o 2º (segundo) dia útil anterior à data da sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes documentação e proposta, o que caracterizará aceitação de todos os seus termos e condições. Qualquer manifestação posterior que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciariam não terá efeito de recurso perante a Administração.

14.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões propostos pela Administração, nos termos do disposto no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14.4. A Câmara Municipal poderá anular a presente licitação se verificado vícios insanáveis nas informações dos documentos apresentados, mesmo que no curso do fornecimento. Ainda, podendo por motivos de oportunidade e conveniência administrativa, revogar a presente licitação. Tudo isso, visando o interesse e os princípios que norteiam a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções.

14.5. As partes elegem o Foro da Comarca de Itaquaquecetuba para quaisquer procedimentos decorrentes desta licitação.

15. É PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL

15.1. ANEXO I - Memorial descritivo;

15.2. ANEXO II - Minuta de Contrato;

15.3. ANEXO III - Procuração;

15.4. ANEXO IV - Declaração de Atendimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;

15.5. ANEXO V - Declaração de Inexistência de Impedimentos;

15.6. ANEXO VI - Declaração do Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06;

15.7. ANEXO VII - Formulário modelo para preenchimento da Proposta Comercial;

15.8. ANEXO VIII - Modelo de requerimento para participação na licitação, exigido para as empresas não convidadas.

Itaquaquecetuba, 21 de maio de 2014.

VER. LUIZ CARLOS GINACHI
Presidente da Câmara Municipal

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

Convite nº 04/14
Processo nº 131/14

1 - DO OBJETO

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade estabelecer as diretrizes, características e especificações do objeto da presente licitação, a saber:

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de cessão de uso de uma ferramenta de "Portal de Transparência" e "Portal de Acesso à Informação Pública" (ATIVA e PASSIVA), bem como a implantação em modelo "hosting" de responsabilidade da CONTRATADA, extração de dados dos sistemas legados da Câmara, capacitação, suporte técnico e manutenção para publicação em Sítio Eletrônico Oficial da Edilidade.

2 - JUSTIFICATIVA

A Câmara precisa disponibilizar informações por meio de um portal de informações eficiente para viabilizar a transparência nas contas públicas para acesso do cidadão conforme determina a Lei Complementar nº 1311 de 27 de maio de 2009 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como a Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação Pública) e, ainda a Lei Municipal nº 3.059 de 06 de setembro de 2013 (Acesso à Informação). Como a Câmara não dispõe de servidor técnico vem buscar solução para divulgar as informações com fidelidade e segurança, junto ao mercado.
Com a entrada em vigor da Lei Municipal nº 3.059 de 06 de setembro de 2013 a Edilidade deve garantir o acesso facilitado ao cidadão.

3 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - Implantação em modelo "hosting" (DataCenter)

3.1.1 - A ferramenta e o Banco de Dados deverão estar disponibilizados em Datacenter de responsabilidade da contratada, e os sistemas acessíveis através da rede da Internet pela Câmara, por qualquer cidadão, através do Portal de Transparência e Portal de Acesso a Informação Pública.

3.1.2 - A licitante declara que o DATACENTER utilizado deverá possuir as seguintes características mínimas:

3.1.2.1 - Local Protegido com restrição e controle de acesso;

3.1.2.2 - Gerador redundante com comando automático para falta de energia elétrica;

3.1.2.3 - Redundância de links com a Internet;

3.1.2.4 - Serviços de firewall;

3.1.2.5 - Rede elétrica estabilizada;

3.1.2.6 - Temperatura Ambiente controlada por aparelhos de ar-condicionado;

3.1.2.7 - Cofres para guarda de fitas de backups em locais distintos

3.1.2.8 - Backup dos dados;

3.1.2.9 - Manter serviços de monitoramento da rede, dos serviços da WEB, do Banco de dados e da disponibilidade dos sistemas, sete dias na semana, 24 horas por dia;

3.1.2.10 - Todos os custos envolvidos com licenças de uso serão de responsabilidade da contratada.

3.2 - Capacitação

3.2.1 - A Contratante designará dentro de seu corpo técnico, para conhecimento e capacitação para a utilização do Portal para que a Câmara esteja apta a esclarecer duvidas da população usuária dos Portais.

3.3 - Suporte Técnico e Manutenção

3.3.1 - Deverá ser fornecido pelo vencedor, suporte a todos os componentes do software, inclusive novas atualizações, durante o prazo do contrato;

3.3.2 - Deverá ser fornecido pelo vencedor, suporte telefônico durante horário comercial brasileiro em português;

3.3.3 - Deverá ser fornecido pelo vencedor, suporte remoto aos sistemas durante horário comercial brasileiro;

3.3.4 - O número de atendimentos deverá ser ilimitado por ano;

3.3.5 - O suporte técnico deverá abranger os serviços de atualização tecnológica como segue:

3.3.5.1 - Manutenção corretiva: Consiste em substituições do produto com a finalidade de corrigir erros, se necessário, para permitir que o produto seja executado em conformidade;

3.3.5.2 - Atualização de Versão: Consistem em modificações arquitetônicas, melhorias, falhas, implementações tecnológicas e alterações de conteúdo em cima de decisões legislativas.

3.3.6 - Todo serviço de atualização tecnológica deverá ser executado pela contratada no DATACENTER no qual as soluções estão disponibilizadas.

3.4 - Áreas de atuação da ferramenta

3.4.1 - Para atendimento às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 131/09, Lei Federal nº 12.527/11 e Lei Municipal nº 3.059/13 deverão estar contempladas no mínimo as seguintes áreas:

3.4.1.1 - Sistema Administrativo Financeiro (Execução Orçamentária, Restos a Pagar);

3.4.1.2 - Sistema de Folha de Pagamento;

3.4.1.3 - Sistema de Licitações;

3.4.1.4 - Sistema para cadastro das solicitações relativas à Transparência Passiva oriundas do sitio oficial. (SIC).

3.4.2 - O Portal deverá utilizar o conceito de ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva através de filtros dentro das áreas de atuação, permitindo a população encontrar de forma fácil e precisa o objeto de pesquisa dentro de seu Banco de Dados:

3.4.2.1 - A Transparência que trata de informações relativas ao sistema administrativo financeiro (execução orçamentária, restos a pagar) deverá apresentar em lugar unificado gráfico (Pizza, Barras, Linhas, etc.) dos conteúdos de empenhos realizados, bem como pagamentos por exercício; Empenhos/Pagamentos

dos órgãos da Administração; Por modalidades de licitação; o conteúdo programático da gestão com suas despesas empenhadas/realizadas. O sistema deverá permitir o detalhamento de informações através dos gráficos apresentados com nível de detalhes contidos na Lei nº 131/09 e Lei nº 12.527/11;

3.4.2.2 - A Transparência que trata de informações relativas a Folha de Pagamento, deverá apresentar através de gráficos (pizza, barras, linhas, etc) quantidade de servidores lotados, bem como os cargos ocupados , com a quantidade de servidores ocupando cada cargo; deverá apresentar o detalhamento nominal do Servidor com informações mínimas de Nome, Local de Trabalho, Cargo, Salario Bruto e Salario Liquido;

3.4.2.3 - Os dados a serem mostrados através da busca deverão atender em 100% as exigências previstas em lei com relação ao assunto de Transparência e Lei de Acesso a Informação.

3.4.3 - Todas as informações contidas nos diversos setores da Câmara deverão estar centralizadas em único ponto para acesso;

3.4.4 - A ferramenta deverá disponibilizar Local de Perguntas/Resposta mais frequentes;

3.4.5 - As informações contidas no portal deverão possibilitar a exportação para planilhas eletrônicas, a fim de utilização por terceiros de modo a facilitar o uso e analise das informações;

3.4.6 - As informações filtradas deverão ter a possibilidade de serem exportadas em formato PDF;

3.4.7 - Os filtros deverão ser possíveis de serem aplicados diretamente nos gráficos;

3.4.8 - A Transparência Passiva deverá ser solicitada através do Portal de Lei de Acesso a Informação em área destinada à Serviços de Informação ao Cidadão (SIC):

3.4.8.1 - O Órgão no intuito de análise e acompanhamento dos pedidos de informação através do Portal de Lei de Acesso deverá permitir o cadastramento de todos os cidadãos com informação mínima de seu Nome, E-mail, Resumo do Pedido;

3.4.8.2 - O Sistema deverá registrar todos os atendimentos solicitados pelos cidadãos para que este possa se logar no Portal de Lei de Acesso a Informação para verificar os pedidos realizados, bem como os atendimentos recusados e os que foram realizados em sua plenitude;

3.4.8.3 - O sistema deverá apresentar ao Órgão contratante, um painel de controle com todos os pedidos realizados, pendentes e recusados pela Entidade.

3.4.8.4 - O sistema deverá fazer o controle dos prazos previsto na Lei de Acesso a Informação, com relação aos pedidos de acesso a informação;

3.4.8.5 - O sistema deverá apresentar alertas ao Órgão contratante, dos pedidos que estiverem dentro do prazo legal, dentro do prazo extendido previsto em Lei, e os pedidos em atraso;

3.4.8.6 - O cidadão após fazer o cadastro prévio no sistema, deverá receber e-mail contendo suas informações e informando que já esta apto a realizar os pedidos de acesso a informação;

3.4.8.7 - O cidadão deverá ser notificado via e-mail de toda a tramitação do seu processo e da finalização do pedido com o detalhamento da resposta, positiva ou negativa.

3.5 - Extração de dados dos sistemas legados da Câmara

3.5.1 - A Câmara possui sistemas hoje em funcionamento relacionados a procedimentos internos de gestão e administração de diversos setores. Os dados que compõem esta base de informações deverão ser extraídos para a nova estrutura de dados proposta pelo licitante que seja o vencedor do certame;

3.5.2 - A Câmara não fornecerá as estruturas dos dados a serem convertidos dos sistemas em funcionamento no qual ela não é a proprietária da solução. Os sistemas que a Câmara é proprietária serão fornecidos tanto os dados como os layouts para importação. A licitante deverá efetuar minucioso trabalho nas bases de dados para sua total conversão para o ambiente no qual irá dispor as informações para os sistemas propostos:

3.5.2.1 - A Câmara não possui dicionário de dados, com as informações relativas ao relacionamento das tabelas, metadados dos sistemas no qual não é proprietária, motivo pelo qual reforça a necessidade de minucioso estudo das tabelas dos sistemas para a conversão para o Portal de Transparência e Portal de Acesso a Informação Pública;

3.5.2.2 - Os dados dos sistemas pela qual a Câmara não é proprietária estarão disponibilizados em diretório a parte, para a leitura e conversão para o formato adequado e estão em tabelas no formato Dataflex versão 3.2 for Linux.

3.5.3 - O processo de alimentação do Portal de Transparência e Portal de Acesso a Informação Pública deverá ser automatizado através de buscas automáticas nos Banco de Dados hoje em funcionamento na Câmara, atualizados a cada 24 horas;

3.5.4 - A Câmara não dispõe de servidor técnico para transferir informações da sua base de dados para layouts específicos da Contratada, ficando, portanto de responsabilidade da Contratada a total migração dos dados das tabelas hoje em produção formato Dataflex 3.2 for Linux para o formato que mais seja adequado para a disponibilização do Portal.

3.5.5 - Após ser declarada a empresa vencedora do certame licitatório, a mesma deverá realizar demonstração de todas as funcionalidades requisitadas, de atendimento imediato e pós-implantação, para os módulos do PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E PORTAL DE ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

4 - MEMORIAL TÉCNICO DA FERRAMENTA DE PORTAL DE TRANSPARÊNCIA E PORTAL DE ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA

ITEM	FUNCIONALIDADE
01	A Solução deve possuir interface 100% Web, para visualização, e para todas as funcionalidades previstas, sem a necessidade de execução de Applets, plug-ins ou outros softwares instalados nos equipamentos dos usuários, bastando para a utilização da ferramenta o uso do Browser com Flash.
02	A Solução deverá ser disponibilizada dentro do site Oficial da Câmara, para acesso irrestrito dos cidadãos.
03	A Solução deverá fazer buscas e filtros nas Áreas de Atuação e trazer em tela as consultas dinâmicas.
04	A solução deve fornecer relatórios de LOG, mostrando a utilização das diversas telas indicando a utilização das telas pelos usuários para ser possível verificar o que está sendo usado e o que não está.
05	Capacidade de impressão de todas as informações visíveis pelo usuário nas visões de transparência.
06	Exportação dos relatórios desenvolvidos nos formatos (PDF e Excel formatado)
07	Capacidade de utilizar recursos de clusterização oferecidos pelo sistema operacional.
08	Compatibilidade com ambientes virtualizados.
09	O Portal deverá apresentar para cada assunto, a data de seu último movimento contábil/financeiro.
10	O Portal deverá apresentar a data de sua última atualização que deve respeitar o previsto em Lei, 24 horas.

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

TERMO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA E A EMPRESA _____, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CESSÃO DE USO DE UMA FERRAMENTA DE "PORTAL DE TRANSPARÊNCIA" E "PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA" (ATIVA E PASSIVA), BEM COMO A IMPLANTAÇÃO EM MODELO "HOSTING" DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, EXTRAÇÃO DE DADOS DOS SISTEMAS LEGADOS DA CÂMARA, CAPACITAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA PUBLICAÇÃO EM SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL DA EDILIDADE.

Convite nº 04/14
Processo nº 131/14
Contrato nº ___/14

Pelo presente instrumento contratual, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA,** entidade jurídica de direito público, inscrita no C.N.P.J. do Ministério da Fazenda sob nº 49.910.821/0001-54, com sede nesta Cidade, à Rua Vereador José Barbosa de Araújo nº 267, Vila Virgínia, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representada por seu Presidente, Sr. **VER. LUIZ CARLOS GINACHI,** portador da cédula de identidade RG nº 8.654.850-5 e do CPF nº 479.652.668-49 e de outro lado a empresa: _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, entidade jurídica de direito privado, estabelecida à Rua _____ nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr(ª). _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, tem entre si justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de cessão de uso de uma ferramenta de "Portal de Transparência" e "Portal de Acesso à Informação Pública" (ATIVA e PASSIVA), bem como a implantação em modelo "hosting" de responsabilidade da CONTRATADA, extração de dados dos sistemas legados da Câmara, capacitação, suporte técnico e manutenção para publicação em Sítio Eletrônico Oficial da Edilidade, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Obriga-se a **CONTRATADA** na forma deste contrato a executar os serviços, na conformidade do Convite nº 04/14, a qual doravante passa a fazer parte integrante deste Termo Contratual, complementando-o em tudo quanto não conflitar com as normas legais que regem a matéria (Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores).

CLÁUSULA SEGUNDA - Os serviços de que trata a cláusula anterior serão de contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de cessão de uso de uma ferramenta de "Portal de Transparência" e "Portal de Acesso à Informação Pública" (ATIVA e PASSIVA), bem como a implantação em modelo "hosting" de responsabilidade da CONTRATADA, extração de dados dos sistemas legados da Câmara, capacitação, suporte técnico e manutenção para publicação em Sítio Eletrônico Oficial da Edilidade, com atendimento gerais e específicos descritos no ANEXO I, o qual é parte integrante deste ajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA - Pagará a **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** pela efetiva execução dos serviços constantes descrito no ANEXO I, o valor mensal no valor de R$ _____ (_____), totalizando o valor global de R$ _____ (_____).

CLÁUSULA QUARTA - Os pagamentos serão efetuados à **CONTRATADA** mediante cheque mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao dos serviços, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal Eletrônica ou Fatura dos serviços prestados e devidamente atestada por servidor competente da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - Os serviços objeto do presente contrato deverão ser executados pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato e expedição da ordem de execução de serviços.

CLÁUSULA SEXTA - A fiscalização dos serviços oriundos do presente contrato em nenhuma hipótese eximirá a **CONTRATADA** às responsabilidades contratuais e legais bem como os danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios ou de terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta de recursos próprios da Câmara Municipal de Itaquaquecetuba, alocados sob a dotação orçamentária nº 01.01.00.3.3.90.39.00.01.122.7005.2258, consignada no orçamento, suplementada se necessário.

CLÁUSULA OITAVA - As alterações às cláusulas ora convencionadas serão procedidas através de simples aditamentos de comum acordo entre as partes, sempre por escrito ou unilateralmente pela Câmara Municipal, na forma prevista no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, desde que o interesse público assim o exija.

CLÁUSULA NONA - A **CONTRATADA** está sujeita as seguintes multas, sem prejuízo do ressarcimento de eventuais danos causados à Câmara ou a terceiros, podendo ser descontado do crédito a receber, em favor da **CONTRATANTE**:

1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Termo de Contrato e receber a ordem de execução dos serviços, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da intimação, sujeita-a a penalidade de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais medidas e penalidades previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

2 - De 10% (dez por cento) do valor total do ajuste, pela inexecução total ou parcial da obrigação objeto do contrato.

3 - O atraso injustificado do início da execução do objeto sujeitará a CONTRATADA à multa de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, após será considerado inexecução total do contrato.

4 - Advertência - pelo descumprimento das obrigações assumidas e o não atendimento das determinações do representante da **CONTRATANTE** para regularização das faltas ou defeitos observados, podendo ser aplicada pelo Presidente da Câmara Municipal, garantida prévia defesa.

5 - Suspensão temporária de participação em licitação pelo período de até 02 (dois) anos no caso de reincidência nas falhas e/ou inexecução do contrato que importe em prejuízo ao serviço público.

6 - Os valores referentes ao ressarcimento de eventuais danos causados à Câmara em razão da inexecução ou rescisão contratual com base no artigo 78, inciso I a IV da Lei de Licitações, serão estabelecidas em função da gravidade dos prejuízos e aplicadas pelo Presidente da Câmara Municipal.

7 - Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativos específico, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a ela inerente.

8 - As multas são independentes e não eximem a CONTRATADA da plena execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - A **CONTRATADA** obriga-se a manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA** assegurará à **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de memorando, entregue diretamente, ou pôr via postal, com prova de recebimento. Fica à critério da **CONTRATANTE,** declarar rescindido o contrato, nos termos desta cláusula ou aplicar as multas respectivas de que trata a cláusula nona.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa, previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Segundo - Este instrumento de contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral da **CONTRATANTE,** nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

b) desde que conveniente para a **CONTRATANTE,** por consenso entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação;

c) judicialmente, nos termos da legislação.

Parágrafo Terceiro - Caso a **CONTRATADA** dê causa à rescisão da contratação, estará sujeita a multas previstas na cláusula nona; entende-se como motivos para rescisão do contrato os elencados no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Quarto - A rescisão do contrato implicará a retenção de créditos decorrentes da contratação, até os limites dos prejuízos causados à **CONTRATANTE.**

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - A **CONTRATADA** será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - O objeto do presente contrato será recebido provisória e definitivamente, nos termos do disposto nos artigos 73 e 76, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro - O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável de fiscalização dos serviços, mediante termo circunstanciado, assinado entre a **CONTRATANTE** e **CONTRATADA,** em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA.**

Parágrafo Segundo - O objeto será recebido definitivamente, por servidor, ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado entre a **CONTRATANTE** e **CONTRATADA,** após o decurso do prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Terceiro - A administração rejeitará no todo ou em parte, material em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - Dá-se ao presente contrato o valor de R$ _____ (_____) para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - Fica desde já eleito o Foro da Comarca de Itaquaquecetuba, para dirimir questões que possam resultar deste contrato e que não puderem ser amigavelmente solucionadas.

E por assim estarem justos e contratados, fizeram este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também o assinam.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA, em ___ de _____ de 2014.

_____
VER. LUIZ CARLOS GINACHI
Presidente da Câmara Municipal
CONTRATANTE

_____
(RAZÃO SOCIAL)
(REPRESENTANTE LEGAL)
CONTRATADA
Data da Assinatura: ___/___/14

TESTEMUNHAS:

_____
NOME
RG nº

_____
NOME
RG nº

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO

Convite nº 04/14
Processo nº 131/14

OUTORGANTE:
..... (nome da empresa), devidamente inscrita no CNPJ sob nº ....., sediada a ..... nº ....., na cidade de ....., Estado ....., neste ato representada por seu sócio gerente ..... (nome completo), nacionalidade ....., estado civil ....., profissão ....., portador da Cédula de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., residente e domiciliado na ....., nº ....., na cidade de ....., Estado de .....

OUTORGADO:
..... (nome completo), nacionalidade ....., estado civil ....., profissão ....., portador da Cédula de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., residente e domiciliado na ....., nº ....., na cidade de ....., Estado de .....

OBJETIVO e PODERES:
Por este instrumento particular e na melhor forma de direito, a outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador, o outorgado, para o fim especial de promover a participação da outorgante em licitações públicas, concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas, fazer impugnações, reclamações, protestos e recursos, fazer novas propostas, rebaixar preços, conceder descontos, prestar caução, levantá-las, receber as importâncias caucionadas ou depositadas, transigir, desistir e praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente mandato, constituir procurador com poderes *"ad judicia"*, e substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Itaquaquecetuba, (data)

_____
outorgante

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Convite nº 04/14
Processo nº 131/14

DECLARO para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, junto à Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Itaquaquecetuba, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº _____e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº _____, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e, não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Itaquaquecetuba, (data)

_____
Assinatura do representante legal da empresa

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Convite nº 04/14
Processo nº 131/14

_____ inscrita no CNPJ nº _____, sediada à _____por intermédio do seu representante legal o Sr. _____ portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Itaquaquecetuba, (data)

_____
Assinatura do representante legal da empresa

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Convite nº 04/14
Processo nº 131/14

(nome da empresa), (qualificação: tipo de sociedade), (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____ (representante legal), portador da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº _____, **DECLARA**, sob as penalidades do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e pretende postergar a comprovação de regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos do disposto no já referido diploma legal.

Itaquaquecetuba, (data)

_____

Assinatura do representante legal da empresa

ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

EMPRESA:

Convite nº 04/14
Processo nº 131/14
Data da Sessão: 30/05/14 - horário: 10:00

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO MENSAL (EM R$)	PREÇO ANUAL (EM R$)
01	12	meses	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de cessão de uso de uma ferramenta de "Portal de Transparência" e "Portal de Acesso à Informação Pública" (ATIVA e PASSIVA), bem como a implantação em modelo "hosting" de responsabilidade da CONTRATADA, extração de dados dos sistemas legados da Câmara, capacitação, suporte técnico e manutenção para publicação em Sítio Eletrônico Oficial da Edilidade, com atendimento gerais e específicos descritos no ANEXO I.		

Valor global da proposta: R$ _____ (_____)

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Condição de pagamento: Mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao dos serviços, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal Eletrônica/Fatura dos serviços prestados e devidamente atestada por servidor competente da Administração Pública.

Prazo de execução: Pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato e expedição da ordem de execução de serviços.

EMPRESA:
Endereço:
C.N.P.J. nº:
Inscr. Estadual nº:
Conta Corrente da Empresa para Depósito: _____
Nome do Banco: _____ Agência nº: _____
Nome do responsável: _____
RG: _____

_____
carimbo e assinatura
data:

ANEXO VIII

MODELO DE REQUERIMENTO PARA PARTICIPARÇÃO NA LICITAÇÃO

Convite nº 04/14
Processo nº 131/14

A empresa **_____,** **sediada à Rua _____, telefone: (11) _____, e-mail: _____,** interessada em participar da licitação em epígrafe, requer à Comissão Permanente de Licitações, cópia do edital licitatório e para tanto apresenta cópia autenticada do Certificado de Registro Cadastral emitido pela _____.
(Prefeitura ou Órgão competente)

Itaquaquecetuba, em __ de _____ de 2014.

_____
Nome da empresa
Nome e R.G. do Sócio da empresa
Carimbo com CNPJ da empresa